Revista TOMO, São Cristóvão, v. 44, e24095, 2025
DOI:10.21669/tomo.v44.24095
Artigo Livre
E-ISSN:2318-9010 / ISSN:1517-4549

Artigo Livre

# Entre quartéis e o estado: as forças armadas e a política brasileira

*Wilson José Ferreira de Oliveira**
*Fernanda Petrarca***

## Resumo

Este artigo analisa as relações das Forças Armadas com a política brasileira, oferecendo uma compreensão dos padrões recorrentes de intervenção militar como manifestações de uma lógica institucional profundamente enraizada na formação do Estado. Trata-se de demonstrar que o engajamento e a participação das Forças Armadas nos processos políticos se transformaram de um papel de moderação para um de dirigente político efetivo, semelhante a um partido político ou grupo de pressão. Assim, salienta-se a necessidade de analisar os militares não apenas como atores políticos transitórios, mas como uma força persistente e significativa do sistema político, desafiando as noções predominantes de apoliticismo militar no Brasil pós-redemocratização. Esta perspectiva evidencia a relevância de se incorporar a vocação política das Forças Armadas, fundamentada na missão de garantir a ordem interna, como ingrediente estrutural (e não uma simples anomalia) da formação e do desenvolvimento do próprio sistema político brasileiro.
**Palavras-chave**: Política; Politização; Militarização; Elites Políticas; Forças Armadas.

* Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. São Cristóvão. Sergipe. Brasil. E-mail: etnografia.politica@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8105-8885 CrediT: Conceitualização, Investigação, Metodologia e Escrita.

** Universidade Federal de Sergipe. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Cristóvão. Sergipe. Brasil. E-mail: fernandarpetrarca@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1351-3043 CrediT: Conceitualização, Investigação, Metodologia e Escrita

## Introdução

A participação militar na política brasileira tem gerado intensos debates políticos e acadêmicos. De um lado, atribui-se aos militares responsabilidade pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016; de outro, eles são considerados um pilar de racionalidade diante das crises e ameaças de caos que assolam o sistema político desde 2013. Na academia, persiste a tendência de ignorar os militares como atores permanentes do jogo político, refletida em agendas de pesquisa concentradas nas elites políticas, seguindo o modelo das democracias ocidentais. Nessa perspectiva, as forças armadas não têm papel ativo e contínuo na política, pois, quando o fazem, é apenas como resultado de alguma "falha" ou "crise" do próprio sistema político. Com a redemocratização, acreditava-se que os militares iriam retornar aos quartéis, deixando a política aos políticos. Com base nisso, o estudo da política tem se dedicado à dinâmica do sistema político nacional, enquanto que o das Forças Armadas ao cotidiano da caserna.

Essa tendência de tratar política e forças armadas como universos autônomos e incomunicáveis não corresponde à realidade da maioria dos países contemporâneos, assemelhando-se antes a uma daquelas ficções eurocêntricas das ciências sociais (Connell, 2014). A atuação militar na política — seja por regimes autoritários ou lobby corporativo — integra a dinâmica política de diversos países na Ásia, África e América Latina, não representando uma singularidade de alguns países. No Brasil, os militares desempenham papel significativo na arena política desde o início da formação social. Seu protagonismo manifestou-se por ações corporativas em regimes autoritários, participação eleitoral e vínculos com grupos e lideranças políticas diversificadas.

A diminuição do interesse pelo papel das Forças Armadas na política deveu-se à estabilidade política associada às transformações — inclusão social e melhoria econômica — durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, que estabeleceram o controle civil sobre os militares. Contudo, essa dinâmica transformou-se significativamente desde 2013, influenciada pelas repercussões da Operação Lava Jato no sistema político e pelas conexões entre líderes militares e essa operação. O protagonismo militar no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, no julgamento e na prisão de Lula e no governo Jair Messias Bolsonaro reacendeu o interesse acadêmico nas Ciências Sociais a respeito da relação entre Forças Armadas e política (Carvalho, 2019).

Como parte desse interesse renovado, este artigo objetiva restabelecer as conexões entre Forças Armadas e política brasileira. Demonstra-se que a atuação das Forças Armadas não visa restabelecer esses vínculos, propomos uma sociogênese das condições de emergência e das transformações das Forças Armadas enquanto atores centrais de um sistema onde a política fundamenta-se em alianças e relações personificadas entre lideranças e organizações (Petrarca e Oliveira, 2016, 2017, 2024a e 2024b). Para evidenciar isso, o artigo está dividido em duas partes principais.

Numa primeira parte, examina a cultura militar que molda a compreensão de seu papel como poder tutelar ou moderador, destacando sua relação com os princípios organizacionais da profissão militar — escolas, centros de formação, academias, associações e clubes, como a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), o Clube Militar e o Alto Comando do Exército. Exemplifica isso a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), que substituiu a defesa nacional por segurança nacional, legitimando a intervenção na ordem política e social interna.

A segunda parte do artigo descreve as dinâmicas recentes de atuação militar na política brasileira, desde a abertura democrática, marcando a transição de 21 anos de autoritarismo burocrático-mi-

litar para um sistema em que o comando estatal passou a ser definido eleitoralmente em todos os níveis federativos. Tal mudança, contudo, não conduziu ao afastamento dos militares da política e sim a uma reconfiguração estratégica: preservando a missão de zelar pela ordem interna e a pretensão de situar-se acima das instituições políticas e eleitorais, eles passaram a atuar como partido ou grupo de pressão mediante lobbies, associações, sindicatos, espaços de representação, manifestações políticas, engajamento eleitoral e crescente ocupação de cargos estatais.

Esta abordagem propicia uma compreensão dos padrões recorrentes de intervenção militar na história política brasileira, sugerindo que tais padrões não são acidentes históricos, mas manifestações de uma lógica institucional profundamente enraizada na formação do Estado brasileiro. Esta perspectiva evidencia a relevância de incorporar a vocação política das Forças Armadas, fundamentada na missão de garantir a ordem interna, como um dos ingredientes estruturais (e não uma simples anomalia) da formação e do desenvolvimento do próprio sistema político brasileiro.

## A missão para a ordem interna como vocação política

Das sete constituições brasileiras, cinco consagraram explicitamente às Forças Armadas a garantia da lei e da ordem interna. Esta recorrência atravessa o Império (1824), o Estado Novo (1937), o período democrático (1946), o período autoritário (1967), até a redemocratização (1988), demonstrando ser esta uma característica estrutural do ordenamento político brasileiro e não particularidade de regimes específicos. A manutenção desta atribuição na Constituição de 1988 adquire significado especial. Mesmo no contexto de redemocratização e ruptura com o regime militar, a prerrogativa de atuação na ordem interna foi preservada como resultado direto das negociações que caracterizaram a transição brasileira — exigência do general Leônidas Pires, que liderou esse processo.

A natureza negociada da transição (Linz e Stepan, 1999; Carvalho, 2019) explica a manutenção deste elemento no marco constitucional da Nova República. Esta continuidade institucional demonstra que a função de garantia da ordem interna constitui elemento definidor tanto da identidade institucional militar quanto da dinâmica de formação do sistema político nacional desde o período imperial. A vocação política dos militares encontra, portanto, amparo constitucional reiterado ao longo de quase dois séculos, consolidando-se como componente orgânico da arquitetura político-institucional brasileira.

O sistema representativo brasileiro emergiu da tensão entre o projeto centralizador imperial e as forças centrífugas das parentelas locais, que provocavam fragmentação partidária e conflitos recorrentes (Petrarca e Oliveira, 2024a, 2024b). O Poder Moderador, exercido pelo Imperador como "quarto poder", funcionava como mecanismo institucional de arbitragem, posicionando-se acima dos três poderes tradicionais para garantir estabilidade sistêmica (Mercadante, 1980; Viana, 2005). Os militares ascenderam politicamente durante o Império e protagonizaram o golpe republicano de 1889. Não apenas derrubaram o regime monárquico, mas tornaram-se simultaneamente criadores e tutores da República. Esta dupla condição — fundadores e guardiões — configura apropriação da lógica do Poder Moderador, agora exercida pelas Forças Armadas na manutenção da ordem política interna (Stepan, 1971).

Desde então, os militares passaram a desempenhar, como atribuição regular do sistema político, a missão de zelar pelos "interesses permanentes da nação" e garantir a integridade republicana. Esta autoimagem institucional sustenta que sua presença tutelar é necessária para evitar a corrupção

do sistema político — argumento que justifica e naturaliza suas intervenções (Nexo Jornal, 2021). A vocação política dos militares brasileiros não representa anomalia, mas continuidade funcional: o papel moderador transferiu-se do Imperador para as Forças Armadas na passagem do Império para a República, consolidando-se como característica estrutural do sistema político brasileiro.

A ascensão militar como ator político central vincula-se ao mito fundador do território nacional. A Batalha dos Guararapes exemplifica esse papel defensivo inicial, mas a Guerra do Paraguai (1864-1870) marcou a transição decisiva de força defensora a protagonista político (Carvalho, 2019). A desvalorização e os conflitos com a elite imperial impulsionaram o engajamento abolicionista, a criação do Clube Militar (1888) e o movimento republicano (Stepan, 1971), culminando na liderança militar da proclamação da República.

Como fiadores do regime, os militares passaram a influenciar diretamente a escolha presidencial. O Exército redefiniu sua missão institucional, incorporando explicitamente a ação política mediante aliança estratégica com a oligarquia rural: recrutamento de oficiais entre membros da classe dirigente e inserção nas redes de poder oligárquico (Cunha, 2018; Seidl, 2010). Assim, os militares não se opuseram ao sistema de parentelas, mas integraram-se a ele, participando ativamente das disputas oligárquicas (Petrarca e Oliveira, 2024a, 2024b). A vocação política militar ultrapassou o papel tutelar, configurando participação direta nas dinâmicas de poder estruturantes do sistema político brasileiro.

Com a emergência do Estado Novo em 1937, os militares mantiveram protagonismo autoritário ao lado de Vargas. O Exército tornou-se um pilar do regime pós-1930, equilibrando o poder das oligarquias regionais. A aliança entre Vargas e facções militares foi decisiva (Conniff, 2006): Góis Monteiro incorporou capitães e tenentes rebeldes dos levantes de 1922 e 1924, enquanto Vargas reuniu oligarquias dissidentes (Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul) e suas forças estaduais contra a hegemonia paulista e a política do café-com-leite. Diferentemente da República Velha, em que os militares estavam subordinados às oligarquias civis, no pós-1930 eles conquistaram autonomia política e institucional, tornando-se atores centrais até 1945, quando depuseram Vargas.

As tentativas de Vargas de mobilizar o operariado como novo ator político na década de 1940 conflitaram com setores conservadores das Forças Armadas, que associavam sua política trabalhista ao comunismo. Seu suicídio em 1954, sob pressão militar para renúncia, dividiu as Forças Armadas: nacionalistas-trabalhistas defenderam seu sucessor e legado; anticomunistas-liberais aliaram-se ao udenismo (UDN)[1]. Essa polarização foi fundamental para o golpe de 1964. O Clube Militar emergiu como espaço privilegiado dos debates da direita e extrema direita anti-Vargas, além de válvula de escape para questões corporativas fora do controle hierárquico. A Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) facilitaram a aproximação entre civis, militares e empresários, consolidando os militares como parceiros confiáveis do setor empresarial em 1964.

A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1948 com a assistência do Pentágono e modelada pela U.S. National War College, materializou a convergência estratégica de elites militares e civis brasileiras (Stepan, 1971; Martins Filho, 2003). Contrariando sua designação, a instituição não privilegiou questões estratégico-militares, operando como vetor da doutrina pentagoniana e núcleo ideológico anticomunista. Até 1960, militares estadunidenses integraram seu corpo docente, consolidando a ESG

[1] Fundada em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional caracterizou-se pela oposição a Getúlio Vargas e ao getulismo. Organizado como partido político nacional, participou das eleições até 1965, elegendo governadores, integrando ministérios e apoiando a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros em 1960 e a mobilização político-militar de 1964.

como locus de articulação entre a cúpula castrense[2] e os segmentos dirigentes da burguesia nacional no contexto da Guerra Fria (Stepan, 1971; Meirelles, 2018; Moraes, 2018; Silva, 2018).

O golpe de 1964, articulado pela convergência entre Forças Armadas e setores burgueses antagonizados pelo populismo varguista, depôs João Goulart e instaurou a ditadura civil-militar (1964-1985). O Exército consolidou-se como ator político hegemônico, implementando rigorosos expurgos internos para suprimir dissidências institucionais. A Marinha sofreu as sanções mais severas: a criação da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais em 1962 e os vínculos de oficiais superiores com Goulart justificaram o controle coercitivo sobre esses segmentos. O golpe materializou a ascensão da ala castrense ao poder estatal, impondo a repressão sistemática às forças oposicionistas e estabelecendo um regime presidido por generais designados pelo establishment militar.

O regime militar (1964-1985) configurou-se como um sistema autoritário que combinou elementos militares e civis, criando uma estrutura de governança mista (Linz, 1964). Distinguiu-se de situações similares, como as da governança chilena, argentina e uruguaia pela preservação da continuidade institucional judiciária, garantindo maior legitimidade e estabilidade para o regime (Pereira, 2010). Os Atos Institucionais subordinaram o Judiciário ao controle castrense mediante prerrogativa de nomeação e exoneração de magistrados, viabilizando expurgos progressistas e cooptação de juristas alinhados.

Assim, consolidou-se um sistema coeso integrando juízes civis e oficiais militares sob hegemonia autoritária. O regime preservou a estrutura judicial formal enquanto neutralizava sua capacidade contestatória. O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve-se operante, porém esvaziado: questões politicamente sensíveis foram sistematicamente transferidas ao Supremo Tribunal Militar (STM). Essa engenharia institucional revestiu a repressão de legalidade sem permitir controle judicial efetivo sobre o Executivo. O alinhamento ideológico entre magistrados e militares foi um diferencial do caso brasileiro. O conservadorismo predominante nas cortes superiores facilitou a integração entre as justiças civil e militar, configurando uma "ditadura judicializada" (Pereira, 2010).

O caso brasileiro se caracteriza pelo "significativo grau de autonomia" do aparato repressivo e de segurança, aliado a uma considerável expansão da atuação dos militares tanto na ordem interna quanto na política (Stepan, 1986). Essa situação reflete um contexto em que "a organização do sistema de inteligência" alcançou um nível elevado de expansão, com "prerrogativas legalmente sancionadas", "autonomia burocrática" e institucionalização impessoal no próprio aparelho de Estado, configurando-se como um sério desafio à abertura democrática (Stepan, 1986, p. 26-36).

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) concentrou um número de atribuições muito superior ao de seus equivalentes em outros países, tornando-se a "expressão institucional mais elaborada do novo profissionalismo" militar: com um "quase-monopólio sobre operações e treinamento", o "direito, por lei, do chefe do Serviço participar das reuniões ministeriais", a "possibilidade de ter uma subdivisão oficial em cada repartição governamental, em empresas estatais e em universidades", além de "atuar como seu próprio órgão de ligação, coordenação e prestação de contas" (Stepan, 1986, p. 33). Assim, a lógica do novo profissionalismo militar instaurada no Brasil pelo regime burocrático-autoritário teve como ingrediente principal o profundo enraizamento do Estado de segurança nacional e do SNI na rotina institucionalizada do aparelho estatal (Stepan, 1986).

[2] Termo de origem latina para se referir às instalações, fortificações, acampamentos e trincheiras militares que, com o tempo, passou a ser comumente utilizado para referir ao ambiente militar.

Tal arranjo resultou em menor número de mortos e desaparecidos, ao ser comparado com outros autoritarismos regionais, sugerindo que a fachada legal impôs constrangimentos relativos à violência estatal. No entanto, as consequências de longo prazo revelaram-se problemáticas, pois a legitimação jurídica do autoritarismo enraizou práticas e mentalidades repressivas de forma mais profunda e duradoura nas instituições judiciais.

Durante a transição democrática, esse legado se tornou um obstáculo tanto para a reforma do Judiciário quanto para a responsabilização por violações de direitos humanos. A institucionalização legal do autoritarismo, paradoxalmente, dificultou sua superação no contexto democrático subsequente. Por um lado, não conduziu à rejeição ou responsabilização do passado autoritário por membros das Forças Armadas nem por outras instituições, incluindo o Judiciário, dificultando o julgamento dos crimes de tortura e o reconhecimento de violações dos direitos humanos (Pereira, 2010). Por outro lado, tais condições levaram a um modelo conciliatório de reabertura democrática. Esta foi controlada pelos militares, caracterizada pela negociação da transição com estes mesmos atores e pela conciliação entre o judiciário e os militares, em vez de uma ruptura (Linz e Stepan, 1999).

Isso contrasta com as situações em que as Forças Armadas foram levadas à justiça e assumiram os abusos cometidos durante os respectivos regimes (Linz e Stepan, 1999; Pereira, 2010). O processo de redemocratização no Brasil não afastou as Forças Armadas da política. Pelo contrário, elas estiveram à frente do processo de abertura democrática e garantiram, na nova Constituição, a manutenção de seu papel na arbitragem entre os Poderes (Linz e Stepan, 1999). A Constituição e o processo de transição asseguraram, por um lado, a presença da arbitragem e da tutela militar e, por outro, a permanência de núcleos nas Forças Armadas que nunca aderiram ao projeto democrático.

## O partido militar e a refundação do estado

Historicamente atuando como moderadores do sistema político desde o Império, os militares brasileiros interferiram pontualmente para depor executivos, sem assumir uma condução estatal direta. O golpe de 1964 conduziu à "militarização da política" que transformou essa função de moderadores dos militares na de dirigentes políticos efetivos (Stepan, 1971, p. 93), ocupando sistematicamente postos estratégicos, com presença permanente e diretiva no aparelho estatal. Deste modo, eles passaram a controlar instâncias decisórias centrais, reconfigurando fundamentalmente sua inserção no sistema político, especialmente no que diz respeito às interações entre civis e militares.

A partir daí, os processos de recrutamento e nomeação priorizaram quadros militares, alterando a composição do aparelho estatal (Martins, 1985) e estendendo-se a agências administrativas, empresas estatais e sistema partidário-eleitoral (Stepan, 1971; Nobre, 2013; Abranches, 2018). Acrescente-se a isso que as coalizões entre as lideranças políticas passaram a se estruturar em torno dos interesses e da posição dos militares no comando do Estado, normalizando a presença militar em esferas civis e redefinindo sua interação com a elite política.

Isso reconfigurou o envolvimento político mantendo a missão institucional de ordem interna. A doutrina de segurança nacional, consolidada pela Escola Superior de Guerra (ESG), legitimou a reorientação para assuntos políticos internos, como o combate a comunistas e a movimentos esquerdistas. Como guardiões permanentes da ordem interna, posicionados acima das instituições civis, os militares geraram consequências duradouras para o sistema político e dificultaram mecanismos democráticos de controle civil mesmo após o regime autoritário. Deste modo, a militarização da política constitui um fenômeno que ultrapassou a simples ocupação de cargos por militares, possibilitando

uma verdadeira reorganização das estruturas estatais e do poder político. As Forças Armadas passaram a atuar como um bloco coeso, controlando não apenas o executivo, como também o aparato decisório do Estado e outras instituições da administração estatal. A refundação do Estado sob tutela militar manifestou-se em diversas dimensões institucionais, com uma reorganização administrativa que ampliou a presença militar em áreas como planejamento econômico e educação.

O primeiro governo após a ditadura contou com ampla participação dos militares e setores conservadores. Conforme observa Maciel (2008), após a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1985, o governo foi majoritariamente formado por lideranças conservadoras e moderadas, muitas delas oriundas dos governos militares. Entre os ministros, destacam-se Aureliano Chaves, que foi vice-presidente no governo militar de João Figueiredo, e Francisco Dornelles, que atuou na Secretaria da Receita Federal. Nos ministérios militares, os oficiais do Exército e do SNI contaram com o apoio do ex-presidente Ernesto Geisel e possuíam vínculos com membros da Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas e Casa Militar. Além disso, os ministérios da Educação, Relações Exteriores, Desburocratização, Descentralização, Comunicações, Transporte e Saúde, assim como o próprio vice-presidente, eram de partidos que apoiaram os sucessivos governos militares. Assim, dos 33 cargos do primeiro escalão, 27 foram ocupados por lideranças e partidos que apoiaram os governos militares, sendo 15 deles de orientação conservadora e comprometidos em preservar a antiga institucionalidade política (Maciel, 2008).

Quadro 1: Governo Tancredo Neves

| Integrante | Função | Partido Político |
|---|---|---|
| José Sarney | Vice-presidente | PDS |
| Aureliano Chaves | Minas e Energia | PFL |
| Marco Maciel | Educação | PFL |
| Olavo Setúbal | Relações Exteriores | PFL |
| Antônio Carlos Magalhães | Comunicação | PFL |
| Paulo Lustosa | Desburocratização e Descentralização | PFL |
| Afonso Camargo | Transporte | PMDB (ala conservadora)_ |
| Carlos Santana | Saúde | PMDB (ala conservadora) |
| Leônidas Pires Gonçalves | Exército | --- |
| Ivan de Souza Mendes | SNI | --- |
| Francisco Dornelles | Fazenda | --- |
| Roberto Gusmão | Indústria e Comércio | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| Pedro Simon | Agricultura | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| Renato Archer | Ciência e Tecnologia | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| Aluízio Alve | Administração | PMDB (ala moderada- conservadora) |
| Flávio Peixoto | Habitação, Saneamento e Urbanismo | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| Ronaldo Costa Couto | Interior | PMDB (ala moderada- conservadora) |
| Mauro Salles | Assuntos Extraordinários | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| José Hugo Castelo Branco | Casa Civil | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| José Aparecido | Cultura | PMDB (ala moderada-conservadora) |
| Fernando Lyra | Justiça | PMDB (ala esquerda- progressista) |
| João Sayad | Planejamento | PMDB (ala esquerda- progressista) |
| Waldir Pires | Previdência Social | PMDB (ala esquerda- progressista) |
| Nelson Ribeiro | Assuntos Fundiários | PMDB (ala esquerda- progressista) |
| Almir Pazzianotto | Trabalho | PMDB (ala esquerda- progressista) |

Fonte: Maciel (2008).

Legenda: PDS – Partido Democrático Social [sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), criado em 1980 e extinto em 1993)]; PFL – Partido da Frente Liberal [formou-se a partir de dissidência do PDS em 1985, mudou seu nome para Democratas (DEM) em 2007 e sua versão mais recente, o União Brasil, formou-se em 2022 a partir de junção com o Partido Social Liberal (PSL)]; PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro [nome antigo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), foi criado em 1966 como MDB durante a ditadura militar para fazer oposição ao partido do governo (ARENA)].

Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney — ex-governador biônico do Maranhão durante o regime militar — assumiu a presidência. Mantendo vínculos pessoais com o ministro do Exército Leônidas Pires, Sarney consolidou sua base de apoio entre os militares, tornando-se o verdadeiro "condestável" do regime, preservando e reforçando a autonomia operacional do aparato repressivo mediante liberação de verbas para seu fortalecimento como reserva de poder no controle de conflitos políticos internos (Maciel, 2008, p. 69, 104). Sua atuação foi crucial para manter a "postura de não-revanchismo" e o status quo militar, frustrando setores que queriam punição aos envolvidos em crimes perpetrados pelo aparato repressivo (Id., Ibid., p. 104; Skidmore, 1989). Gradualmente, os militares da ativa adotaram postura mais reservada, evitando declarações públicas sobre política e governo, concentrando-se em questões corporativas como a liberação de documentos relacionados à repressão pós-1964. Essa aparente distância da política não significou diminuição de influência: eles continuaram exercendo papel significativo nos bastidores estatais e políticos, relacionando-se diretamente com as lideranças políticas.

Essa atuação política dos militares durante o processo de abertura e, especialmente, durante a Constituinte de 1988 permanece subestimada na literatura pertinente. As análises privilegiam o protagonismo da sociedade civil em oposição ao Estado, negligenciando a sociedade política e os militares, particularmente as conexões entre elites castrenses e lideranças políticas (Stepan, 1986). É o caso da atuação deles durante a Assembleia Constituinte de 1988, que teve impacto decisivo e culminou na formação do "Centrão", um bloco suprapartidário militar e conservador (Munhoz, 2011), consolidando vínculos com organizações e lideranças de direita (Dreifuss, 1989).

Documentos inéditos do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Arquivo Nacional, revelam que, durante a elaboração da Constituição de 1988, os militares garantiram presença nas discussões ao investir em um grupo suprapartidário de parlamentares, a quem chamavam de "moderados". O objetivo era evitar o avanço de pautas progressistas e manter a agenda conservadora (Linz e Stepan, 1999). Um relatório sigiloso das Forças Armadas, produzido em 1988 para monitorar os trabalhos da Constituinte, destacou que esse grupo autoproclamado "Centrão" seria um aliado crucial para impedir o crescimento de grupos de esquerda e de suas propostas (Munhoz, 2011).

Na elaboração da Constituição de 1988, o deputado Ricardo Fiúza, do PFL, foi um importante interlocutor dos militares e líder do "Centrão". Os parlamentares que compunham esse bloco pertenciam aos quadros da ARENA, partido criado a partir do Ato Institucional n. 2, que deu sustentação à ditadura militar. Com o fim do regime militar e o retorno do multipartidarismo, esse partido se dissolveu em várias outras legendas (PFL, PDS). A denominação "Centrão" constitui um eufemismo para os grupos conservadores e de direita, já que, no contexto do fim da ditadura, tais expressões carregavam uma conotação negativa, associada ao apoio ao golpe militar e ao regime burocrático-autoritário que se instalou nesse período (Kaysel, 2015). Por essa razão, os políticos deste espectro viam na denominação de "centro" uma forma de articulação de organizações e interesses multipartidários sem a conotação negativa dos termos conservador e direita.

Assim, por meio da articulação com lideranças e parlamentares de partidos conservadores e de direita, organizados em um grande bloco suprapartidário, os militares asseguraram influência na definição da Constituição de 1988 para conter os avanços da esquerda (Linz e Stepan, 1999). A atividade política baseada em blocos suprapartidários ou "confederações de partidos" não é uma novidade do processo de abertura, mas um legado do regime burocrático-autoritário militar que impôs às siglas toleradas, como ARENA e MDB, abrigo e convivência interna de tendências diversas e até mesmo adversárias (Abranches, 1988; Nobre, 2013).

Além do forte investimento em parlamentares do "Centrão", o Exército também se estruturou por meio da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército junto ao Congresso Nacional (ASPAR). Sob a liderança de Leônidas Pires, que foi chefe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) durante a ditadura militar e Ministro do Exército na fase de redemocratização, essas assessorias desempenharam um papel central no lobby militar dentro do Congresso.

Durante a elaboração do anteprojeto da Constituinte, na Comissão Afonso Arinos, os representantes das Forças Armadas estabeleceram as bases para uma pressão eficaz por parte da corporação (Castro e D'Araújo, 2001; Costa, 1998). A principal demanda era a manutenção das Forças Armadas como garantidoras da "lei e da ordem", o que possibilitaria sua atuação não apenas em questões de interesse externo, mas, principalmente, na defesa interna. Entre as outras pautas de reivindicação que integravam o lobby militar, destacam-se a preservação da justiça militar, visando assegurar foro privilegiado para os militares, bem como a subordinação das polícias militares ao Exército, a anistia e a tipificação dos crimes de tortura.

Após a redemocratização, as lideranças militares não se afastaram da vida política em direção à caserna. Ao contrário, diversas situações de atrito entre as Forças Armadas e os governantes civis emergiram, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com um foco particular durante a presidência de Dilma Rousseff. Esses confrontos culminaram na formação do que alguns estudiosos denominam de um "partido" antipetista dentro das Forças Armadas. Termos como Partido Militar, Partido Fardado e Partido da Ordem são utilizados na literatura para descrever essa organização, que, embora não tenha uma existência formal para participar de eleições, manifesta-se em resposta às tensões internas nas Forças Armadas e às relações com os governos (Ferreira, 2000, 2007; Rouquié e Quatrefages, 1978; Rouquié, 1984, 1990; Demori, 2021; Dantas, 2022).

Conforme apontam Oliveira e Kalil (2021), existem três estratégias de ação dos militares na política que ajudam a entender a formação do Partido Militar. A primeira refere-se a uma ação institucional que envolve diretamente as Forças Armadas. A segunda é uma estratégia corporativa, que se manifesta através de lobbies, associações, sindicatos e outros espaços de representação. A terceira, uma estratégia pessoal, que ocorre quando militares, sejam eles da ativa ou reformados, desempenham papéis típicos de civis na política, seja por meio de candidaturas a cargos eletivos, seja por meio de convites e indicações para ocupar cargos públicos. Assim, a ação do Partido Militar consiste na combinação dessas três estratégias.

Durante o autoritarismo burocrático militar, a estratégia institucional predominou, com as Forças Armadas no comando do Estado. Na redemocratização, a estratégia corporativa assegurou a presença militar na política, exemplificada pela criação do Ministério da Defesa no governo Fernando Henrique Cardoso. Essa nova estrutura gerou conflitos políticos, com oficiais atacando ministros e o presidente nos bastidores e publicamente. Os militares rejeitaram a autoridade civil do Ministro da Defesa, resultando em insatisfação e insubordinações, principalmente entre líderes militares da reserva e oficiais ativos (Abranches, 2012).

A estratégia corporativa se intensificou durante os governos do PT, especialmente devido à questão dos desaparecidos e torturados no regime militar. Quando a imprensa abordava o tema, oficiais militares reagiam com indisciplina e insubordinação ao Presidente e ao ministro da Defesa, rotulando essas ações de "revanchismo" e justificando a tortura como legítima "a tortura e outros atos hediondos ocorridos nos subterrâneos sangrentos da ditadura" (Abranches, 2012). Um exem-

plo disso foi a demissão do ministro da Defesa em 2004, decorrente de manifestações públicas do Centro de Comunicação Social do Exército e do próprio comandante do Exército, general Albuquerque, de veto à reabertura das investigações, passando por cima das autoridades civis, após a divulgação de fotos de Vladimir Herzog, torturado e morto pela ditadura. O veto militar à reabertura das investigações sobre esses crimes encontrou sua maior expressão na criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, que se tornou um fator de união para um "partido militar" contra a presidente Dilma Rousseff e o PT.

> O manifesto dos militares da reserva foi provocado pelo discurso de posse da ministra da Secretaria das Mulheres, que se referiu às torturas e mortes da ditadura, aplaudida pela presidente e pela ministra dos Direitos Humanos. A ministra Maria do Rosário é também criticada por supostamente questionar a lei da Anistia, ao defender a apuração do destino dos desaparecidos na ditadura. O manifesto reflete o veto militar real à "Comissão da Verdade". Já na promulgação pela presidente Dilma da lei que criou a Comissão, os três chefes militares manifestaram eloquentemente a insatisfação corporativa, ao manter silêncio e imobilidade gritantes, quando todo o auditório aplaudiu (Abranches, 2012, p. 5).

Tais conflitos e tensões resultaram em um novo engajamento das Forças Armadas na política, com reações constantes contra a proposta da Comissão da Verdade. Isso intensificou a atuação dos militares em papéis civis, seja por meio de candidaturas a cargos eletivos ou indicações em cargos estatais. Em 2012, um ano antes dos protestos de 2013, houve uma intensificação do atrito com o governo de Dilma Rousseff. O clube militar divulgou um manifesto sobre a comissão, que foi proibido por Dilma. No entanto, o manifesto foi publicado na página "verdade sufocada" do general Ustra, ícone da tortura no Brasil, recebendo amplo apoio militar. O que começou como uma manifestação de militares da reserva evoluiu para um apoio coletivo, com 100 generais e 800 coronéis assinando notas de repúdio à presidente e à proibição do manifesto (Abranches, 2012).

Essas estratégias corporativas desdobraram-se em estratégias pessoais de militares, especialmente a partir de 2012, manifestadas em insubordinações e posicionamentos públicos de oficiais contra o governo petista e suas políticas de direitos humanos, questões indígenas e programas sociais como o Bolsa Família. Em 2015, o general Hamilton Mourão, então comandante do Sul, defendeu publicamente um "golpe militar" como solução para a crise política. Paralelamente, o general Augusto Heleno liderou na internet o "movimento", conhecido como "general Heleno presidente", que alcançou apoio de 5,7 milhões de eleitores, segundo 68 associações de militares da reserva (Jerônimo, 2014).

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) é um outro exemplo dessa articulação entre estratégias corporativas e pessoais dos militares com outros setores sociais. Iniciado em 2012 pelo Exército Brasileiro — momento de tensão significativa com o governo Dilma Rousseff —, o programa movimentou entre 11 e 25 bilhões de reais e viabilizou o aumento expressivo da presença militar na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Mediante a criação de uma Secretaria Geral no Ministério da Defesa, funcionando como dispositivo de controle interno, o Exército expandiu sua atuação estabelecendo parcerias com órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e com iniciativas do Ministério da Justiça, incluindo a própria ENCCLA. O SISFRON constituiu, assim, uma via inicial para o Exército ampliar suas articulações com o Judiciário e, consequentemente, com campanhas anticorrupção e diversos setores sociais.

> Com o Sisfron, o Exército ampliou muito seu contato não somente com parlamentares, mas também com policiais, governadores, procuradores, juízes, desembargadores, agentes do TCU, CGU e outros ministérios, e agentes de outros países envolvidos na cruzada norte-americana anticorrupção (Leirner, 2021).

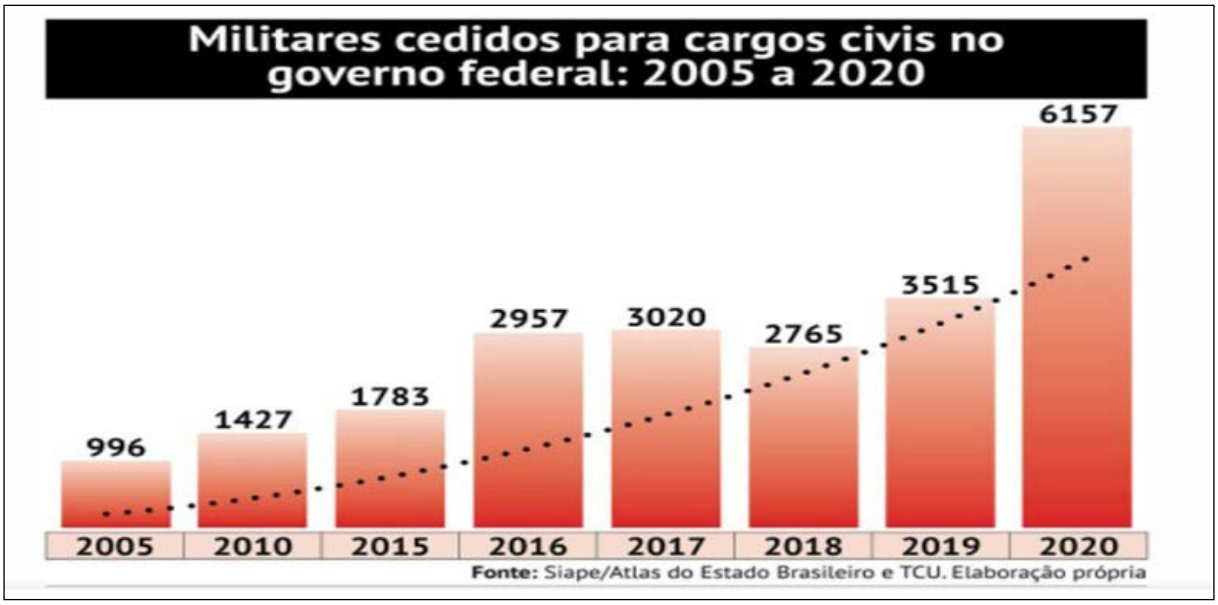
A participação militar no governo federal intensificou-se após o impeachment de Dilma Rousseff. Segundo Michel Temer relata em suas memórias, entre 2015 e 2016, antes mesmo do processo, manteve "vários encontros" com o comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, e o chefe do Estado-Maior, general Sérgio Etchegoyen (Rosenfield, 2020). Esses contatos e encontros relacionavam-se ao desgaste entre militares e PT decorrente da Comissão Nacional da Verdade e do temor quanto a possíveis alterações na Lei da Anistia. O Programa Nacional de Direitos Humanos (2009) e a demarcação de terras indígenas na Amazônia constituíam focos permanentes de confronto com o PT. Após o impeachment de Dilma Rousseff, Villas Boas permaneceu no comando do Exército, enquanto Etchegoyen assumiu o recriado Gabinete de Segurança Institucional. No governo Michel Temer, a ampliação da atuação militar concretizou-se na intervenção federal no Rio de Janeiro, liderada pelo General Braga Neto, e na retomada do Ministério da Defesa por um militar — rompendo com a prática estabelecida por Fernando Henrique Cardoso em 1999 de designar civis para a pasta.

A própria candidatura de Jair Messias Bolsonaro em 2018 começou a ser articulada nas academias militares desde 2014. Já em novembro daquele ano, logo após a vitória de Dilma Rousseff sobre Aécio Neves no segundo turno, Jair Messias Bolsonaro foi recepcionado na AMAN sob gritos de "líder" — prática até então vedada pela instituição. Assim, os militares passaram a investir estrategicamente na aproximação com lideranças de diversos setores, permitindo que Bolsonaro fizesse campanha nos quartéis, estreitando os laços com procuradores e juízes da Lava Jato, distribuindo condecorações e fortalecendo figuras capazes de romper a hegemonia PT-PMDB (Leirner, 2021). Essa "estratégia de abordagem indireta" (Leirner, 2020) levou os militares a ampliarem suas intervenções em três dimensões: prática, ocupando cargos estatais; ideológica, mobilizando o antipetismo e a antipolítica; e política, articulando lideranças civis e produzindo candidatos militares (Petrarca, 2020).

As alianças militares com lideranças políticas consolidaram-se na candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência (Oliveira, 2020; 2021). Generais com histórico de confronto ao PT durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Dilma lideraram a organização da campanha. Em torno de Bolsonaro, articulou-se um grupo de militares de gerações próximas, com trajetórias de carreira, socialização e redes pessoais e familiares comuns (Castro, 2000; Leirner, 2021; Petrarca, 2023). Essas estratégias pessoais combinaram-se com ações corporativas, exemplificadas pela declaração do general Villas Boas sobre o habeas corpus de Lula — manifestação interpretada como pressão ao STF (Leirner, 2021). Tal articulação alcançou dimensão maior com a vitória eleitoral de Bolsonaro, capitão reformado do Exército, e seu vice, general Hamilton Mourão, ambos com histórico de antagonismo ao PT.

Com a eleição de Bolsonaro, a ocupação militar de cargos estatais expandiu-se significativamente: segundo o TCU, em 2021 havia 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis federais — número superior aos 2.765 do governo Michel Temer (2018) e substancialmente maior que governos anteriores, conforme demonstra a tabela abaixo (Nozaki, 2021).

Quadro 2: Militares cedidos para cargos no governo federal




Fonte: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/05/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/

A militarização da administração pública não é fenômeno recente nem exclusivamente brasileiro (Lissardy, 2016), mas alcançou proporções elevadas no país. A intensificação do ingresso militar em cargos civis entre 2005 e 2020 evidencia mudança significativa após os governos petistas, especialmente a partir de 2016 no governo Michel Temer (Nozaki, 2021). O contingente de militares cedidos saltou de 1.783 em 2015, no governo Dilma Rousseff, para 2.957 em 2016, 3.515 em 2019 e 6.157 em 2020, dois anos depois de Bolsonaro assumir a Presidência da República. São ainda expressão deste movimento o conjunto de medidas editadas desde setembro de 2019 com o intuito de regular e expandir a presença militar em cargos de comissão no executivo federal e também no judiciário.

Essa militarização se manifesta também nos investimentos governamentais. No governo Jair Messias Bolsonaro, reduziram-se recursos para Defesa Nacional enquanto aumentaram os gastos com "administração geral" — principalmente remuneração e aposentadorias (Mali e Pinto, 2021). A infraestrutura recebeu incentivos significativos: com a crise das empreiteiras após a Lava Jato, o Exército assumiu a função de "tocar as grandes obras" (Wiziack, 2020). Em 2020, os militares executaram R$1 bilhão em projetos dos Ministérios da Infraestrutura e Desenvolvimento Regional, consolidando o Departamento de Engenharia como uma das principais "empreiteiras" do governo. Nesta mesma linha, encontra-se a política de "tratamento precoce" durante a pandemia de COVID-19. Mediante aliança entre médicos e militares, o governo investiu em um kit de medicamentos sem eficácia comprovada. O Exército recebeu cerca de R$1,5 milhão em contratos sem licitação para produzir hidroxicloroquina, distribuindo 2,8 milhões de comprimidos pelos estados (Mota et al., 2020; Petrarca e Oliveira, 2021).

Acrescentam-se a esses valores os repasses de emendas parlamentares para militares no governo Jair Messias Bolsonaro (Mendes e Lippelt, 2021). As emendas concentram-se majoritariamente na Amazônia, com finalidades variadas — do asfaltamento à instalação de grama sintética — e provêm de deputados e senadores vinculados a partidos de direita e extrema-direita defensores de "causas militares". Acrescente-se a isso a medida editada pelo Governo Federal permitindo que a cúpula militar acumule salários e aposentadorias acima do teto constitucional, autorizando gene-

rais a auferir até R$350 mil anuais. Mais de mil servidores, incluindo vice-presidente e ministros, foram beneficiados pela suspensão dos descontos. Outro dado importante, diz respeito ao investimento do governo com o funcionalismo militar, em detrimento do funcionalismo civil, evidenciando uma acentuada disparidade nos investimentos com funcionalismo: crescimento de 26,8% para militares da ativa contra 9,9% para civis; entre inativos, 25,1% para militares e 16,1% para civis.

Comparado aos governos democráticos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o governo Jair Messias Bolsonaro distingue-se pela participação militar na política eleitoral, ocupação massiva de cargos estatais e investimentos diretos às Forças Armadas via políticas governamentais. Deste modo, assistimos a uma intensificação da militarização da política brasileira, contrariando a tese do recolhimento dos militares "à caserna". Embora distinto do regime autoritário-burocrático, configura-se novo enraizamento militar na dinâmica institucional do aparelho estatal. Resta avaliar se isso representa ruptura conjuntural na profissionalização das Forças Armadas ou continuidade diversificada de seu papel dirigente no sistema político. O processo concreto de militarização evidencia impactos duradouros na política brasileira e na definição do papel estatal: ocupação estratégica de quadros, cargos e funções, participação partidário-eleitoral e articulação de alianças com lideranças políticas.

## Considerações finais

Nos últimos anos, a crise política prolongada e a destacada atuação castrense intensificaram preocupações sobre o papel militar na democracia brasileira. Este artigo analisou a posição efetivamente ocupada pelos militares no sistema político e seus impactos sobre concepções, dinâmicas organizacionais e práticas políticas. Demonstrou-se que as intervenções militares não constituem eventos ocasionais ou respostas pontuais a crises de governança, mas expressam fundamento estrutural enraizado na própria concepção institucional das Forças Armadas, particularmente quanto à responsabilidade pela ordem interna. Diferentemente de análises que tratam cada intervenção como resposta conjuntural, demonstrou-se que a vocação política é constitutiva das Forças Armadas brasileiras e integrante de sua identidade institucional.

A profissionalização das Forças Armadas e seu afastamento da política encontram-se, majoritariamente, em democracias liberais ocidentais. Nessas condições, a hegemonia burguesa sustentada por crescimento econômico e inclusão proletária fortaleceu identidades nacionais, reduzindo revoltas e restringindo os militares a questões externas. Diferentemente desses poucos países, o envolvimento político das Forças Armadas constitui quase um padrão, assumindo modalidades diversas: braço armado de partidos únicos, controladoras de governos, guardas de autocratas, tutoras de governos civis.

No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e a Escola Superior de Guerra (ESG) — mediante a associação entre segurança e desenvolvimento — representam o profissionalismo nas Forças Armadas. Essas condições propiciaram ampla atuação do oficialato nos diversos aspectos da vida política nacional, voltada aos interesses internos. A ala menos democrática, refratária à abertura política em 1984, capturou essas instituições, consolidando perfil conservador e antidemocrático no próprio Estado.

Configurando-se como um dos atores principais do sistema político desde a proclamação da República, os militares consolidaram seu lugar como tutores da segurança nacional, preservando sua importância no imaginário social, político e cultural. Voltados à ordem interna desde o início

republicano, constituem-se como protagonistas políticos permanentes, legitimando a defesa da ordem interna contra ameaças do próprio sistema político. Com o regime autoritário-burocrático sob coordenação militar, sua atuação conduziu à militarização da política através da ocupação de cargos estatais, deixando de ser apenas mantenedores ou moderadores para assumirem o papel de dirigentes do sistema político.

Como desdobramento disso, intensificaram-se os investimentos na criação de vínculos com grupos e lideranças políticas diversificadas, incluindo a via eleitoral. Inicialmente, investiram no chamado "centrão", articulação multipartidária que evitava a conotação negativa de termos como direita e conservador. Posteriormente, mediante conflitos e crises institucionais com governantes civis — ataques públicos de oficiais a ministros e constrangimentos ao presidente —, intensificaram a militarização política para enfrentar tensões com o PT. Isso resultou em ocupação de cargos estatais e investimento político-eleitoral sem precedentes no regime democrático.

Tais aspectos demonstram a pertinência de examinar mais atentamente as relações entre Forças Armadas e política como ingrediente constitutivo do sistema político. Longe de aceitar que os militares abandonaram a política após a redemocratização, é preciso examinar suas relações concretas com o sistema político e seus impactos sobre as condições e dinâmicas de funcionamento democrático. Isso requer considerar a atuação política das Forças Armadas não como episódica, mas como atuação permanente de atores e protagonistas do sistema político, baseada em princípios, relações e práticas análogas aos demais atores políticos.

## Referências


ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2018. 440 p.

ABRANCHES, Sérgio. **A crise militar do governo Dilma**. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2012/03/06 / a-crise-militar -do-governo-dilma/. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 120. 310 p.

CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas e a Política no Brasil**. Todavia. 2019. 320 p.

CASTRO, Celso.; D´ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. 360 p.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República (Descobrindo o Brasil)**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. 84 p.

CONNELL, Raewyn. **O Império e a criação de uma Ciência Social** | Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. 2014 https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/85. Acesso em: 3 jun. 2024.

CONNIFF, Michael L. **A Elite Nacional**. In: HEINZ, Flávio Madureira (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77–97.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **O Lobby Militar e as Relações Civis-militares durante a Assembleia Nacional Constituinte** (Dissertação de Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).196 f. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream /10482/34558/1/1998_ ArthurTrindade Maranh%c3%a3oCosta.pdf. Acesso em: ???

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares na Política ou Política entre os Militares: uma falsa questão?** In: Cunha, Paulo Ribeiro da. et al. *(orgs.)*. Militares e Política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2018. p. 21-66.

DANTAS, Claudio. **O "Partido Militar" veio para ficar**. Crusoé, 12 maio de 2022. Disponível em: https://crusoe.com.br/edicoes/211/o-partido-militar-veio-para-ficar/. Acesso em: 8 abr. 2024.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. 3. ed ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 294 p.

FERREIRA, Oliveiros S. **Elos Partidos. Uma nova visão do poder militar no Brasil**. São Paulo: Habra. 2007. 608 p.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000. 128 p.

JERÔNIMO, Josie. "O candidato dos milicos." **ISTOÉ Independente**, 28 Feb. 2014, https://istoe.com.br/350106_O CANDIDATO DOS MILICOS/. Acesso em 24/04/2022.

KAYSEL, André. **Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras**. *In:* CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (eds.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 49–74.

LEIRNER, Piero. **Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado**. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, 2 dez. 2021.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda Editorial. 2020. 346 p.

LINZ, Juan José. **An authoritarian regime: The case of Spain**. In: ALLARDT, Erik; LINTUNEN, Yrjö (eds.). Cleavages, ideologies and party systems: contributions to comparative political sociology. Transactions of the westermarck society. Helsinki: The Academic Bookstore, 1964. v. X, p. 291–341.

LINZ, Juan José; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. 321 p.

LISSARDY, Gerardo. **Por que Trump está indicando tantos militares para compor seu gabinete?** 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/ por-que-trump-esta- indicando-tantos-militares- para-compor-seu-gabinete.ghtml. Acesso em: 6 abr. 2024.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. (Tese de Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Goiás (UFG). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008, 387 f. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/ o/MACIEL__David.pdf. Acesso em 11/12/2025

MALI, Tiago; PINTO, Paulo Silva. **Investimento na Defesa cai 11% sob Bolsonaro; gastos com pessoal sobem 13%. 2021.** Disponível em: https://www.poder360.com.br/governo /investimento-na-defesa-cai-11-sob -bolsonaro-gastos--com-pessoal-sobem-13/. Acesso em: 6 abr. 2024.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe.** In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964- vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 97-126.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 265 p.

MEIRELLES, Bolivar Marinho Soares de. **Ideologia na Educação do Militar Brasileiro**. In: Cunha, P. R. et al. Militares e Política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2018. p. 135-188.

MENDES, Guilherme; LIPPELT, Vanessa. "Emendas a militares no Orçamento crescem 251% em quatro anos." Congresso em Foco, 29 Nov. 2021, https://congressoemfoco. uol.com.br/amp/area/congresso-nacional/emendas -para-militares--no-orcamento/. Acesso em 04/06/2024.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. Nova Fronteira, ed. Rio de Janeiro, RJ: Edição Nova Fronteira, 1980. v. 1. 234 p.

MUNHOZ, Sara Regina. **A atuação do "Centrão" na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições**. Revista Política Hoje, v. 20, n. 1, p. 343–394, 2011.

NEXO JORNAL (2021). **A escalada militar rumo ao poder civil até o caso Pazuello.** Disponível em: https://www.nexojornal. com.br/expresso /2021/06/05/A-escalada-militar-rumo-ao-poder-civil-at% C3%A9-o-caso-Pazuello. Acesso em: 6 jul. 2021.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2013. 208 p.

NOZAKI, William, **A Militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?** Caderno da Reforma Administrativa, FONACATE, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/observabr/ wp-content/ uploads/sites /9/2021/05/Cadernos-Reforma -Administrativa-20-V4.pdf. Acesso em 11/12/2025

OLIVEIRA, Ana Amélia Penido; KALIL, Suzeley. **Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro**. Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, vol. 11, 2021, p. 63–82. Disponível em: https://journals.umcs.pl/al/article/download/13030/9247. Acesso em 11/12/2025

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Anti-corruption protests, alliance system and political polarization**. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 3, p. 439–453. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/ 6nX5fXJFVH9kDqcBzy8cwMd /?format=pdf&lang=en. Acesso em: 13 nov. 2020.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção**. Estudos

de Sociologia, v. 25, n. 50, 2021. Dispnível em: https://periodicos.fclar. unesp.br/estudos/article /view/14759/10786. Acesso em 11/12/2025

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** Paz e Terra. 2010. 335 p.

PETRARCA, Fernanda Rios. **Composição social, critérios de seleção e lógicas de recrutamento da elite médica em Sergipe**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, p. 1–20, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ SWzQ8ckVs5NWtN3vF7483tx/? format=pdf&lang=pt. Acesso em 11/12/2025

PETRARCA, Fernanda Rios. **Uma janela no tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil**. Revista TOMO**,** [S. l.], **n. 38**, p. 339-371. 26 jun. 2023. DOI: 10.21669/tomo.vi38.14356. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tomo /article/view/14356. Acesso em 11/12/2025

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Os Estudos de Elites no Brasil: um ensaio crítico sobre a produção recente. In: REIS, Eliana Tavares; GRILL, Igor Gastall (orgs.). **Estudos sobre Elites Políticas e Culturais**. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2016. v. 2, p. 141–165.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Jalecos Brancos e o "Dragão Covidiano": as alianças em torno do tratamento precoce**. Ciências Sociais Unisinos, v. 57, n. 3, p. 324–336, 2021, DOI: 10.4013/csu.2021.57.3.06. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br /index.php/csr/article/view/ 23164/60748990. Acesso em 11/12/2025

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **O poder das famílias na política: das parentelas às redes de base familiar**. Revista Estudos Históricos, v. 37, n. 81, 2024a. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article /view/90048/85280. Acesso em 11/12/2025

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Partidos políticos e jogos de parentela em sergipe: do império à república.** In: ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. (orgs.). Os partidos políticos estaduais da Primeira República (1899-1930). 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Universitária - Edipucrs, 2024b. v. 1, p. 180–202.

PETRARCA, Fernanda Rios; OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Parentelas, grupos dirigentes e alianças políti**cas. Política & Sociedade, Dossiê A Politização do Espaço Social. v. 16, p. 191–224, 2017, DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n37p191. Disponível em: https://periodicos .ufsc.br/index. php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p191/35998. Acesso em 11/12/2025

MORAES, João Carlos Kfouri Quartim de. **A Guerra, a FEB e o Golpe Liberal**. In: Cunha, Paulo Roberto da et al. Militares e Política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2018.pp 105-134.

ROSENFIELD, Dennis. **Michel Temer: a escolha**. Noebbis, 2020. 220 p.

ROUQUIÉ, Alain; QUATREFAGES, René. État et pouvoir militaire en Amérique Latine: le modèle brésilien. *In:* **Mélanges de la Casa de Velázquez**, tome 14, 1978. p. 625-648;

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984. 480 p.

ROUQUIÉ, Alain. **Os partidos militares no Brasil**. São Paulo: Record, 1990. 156 p.

SEIDL, Ernesto. **A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional**. História v. 29, n. 2, 2010, DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a / jssbTz5DKkvRNM8MN4NLFsS/ ?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11/12/2025

SILVA, Ligia Osorio. O. **Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas, 1944-1964.** In: Cunha, Paulo Roberto da et al. (orgs.). Militares e Política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2018. p. 67-104.

SKIDMORE, Thomas E. **The politics of military rule in Brazil, 1964-85**. New York: Oxford University Press, 1989. 432 p.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1986. 120 p.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. São Paulo: Artenova SA, 1971. 219 p.

STEPAN, Alfred. **The new professionalism of internal warfare and military role expansion**. In: STEPAN, Alfred. Arguing Comparative Politics. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 23-38.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 2005. v. 27. 432 p.

WIZIACK, Julio. **Exército assume papel de empreiteira e tem R$ 1 bi em obras sob Bolsonaro**. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/ exercito-assume-papel-de-empreiteira -e-tem-r-1-bi-em-obras--sob -bolsonaro.shtml. Acesso em: 30 jun. 2021.

## Between barracks and the state: the armed forces and brazilian politics

**Abstract**
This article analyzes the relationship between the Armed Forces and Brazilian politics, offering an understanding of recurring patterns of military intervention as manifestations of an institutional logic deeply rooted in the State formation. It aims to demonstrate that the engagement and participation of the Armed Forces in political processes has transformed from a moderating role to an effective political leadership, such as a political party or pressure group. Thus, it highlights the need to analyze the military not only as a transitory political actor, but as a persistent and significant force in the political system, thereby challenging the prevailing notion of military apoliticism in post-redemocratized Brazil. This perspective underscores the relevance of incorporating the political vocation of the Armed Forces, grounded in the mission of guaranteeing internal order, as a structural ingredient (and not a simple anomaly) in the formation and development of the Brazilian political system itself.
**Keywords**: Politics; Politicization; Militarization; Political Elites; Armed Forces.

## Entre los cuarteles y el estado: las Fuerzas Armadas y la política brasileña

**Resumen**
Este artículo analiza la relación entre las Fuerzas Armadas y la política brasileña, ofreciendo una comprensión de los patrones recurrentes de intervención militar como manifestaciones de una lógica institucional profundamente arraigada en la formación del Estado. Su objetivo es demostrar que la participación de las Fuerzas Armadas en los procesos políticos ha pasado de un rol moderador a un liderazgo político efectivo, similar al de un partido político o un grupo de presión. Por lo tanto, destaca la necesidad de analizar a las Fuerzas Armadas no solo como un actor político transitorio, sino como una fuerza persistente y significativa en el sistema político, cuestionando así las nociones predominantes de apoliticismo militar en el Brasil. Esta perspectiva destaca la relevancia de incorporar la vocación política de las Fuerzas Armadas, basada en la misión de garantizar el orden interno, como un componente estructural (y no una simple anomalía) en la formación y desarrollo del propio sistema político brasileño.
**Palabras clave**: Política; Politización; Militarización; Élites políticas; Fuerzas Armadas.

Histórico
- ✓ Recebido: Novembro 2025
- ✓ Parecer: Novembro 2025
- ✓ Parecer: Novembro 2025
- ✓ Aceito: Dezembro 2025
- ✓ Revisado Autor: Dezembro 2025
- ✓ Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Dezembro 2025
- ✓ Revisado Autor: Dezembro 2025
- ✓ Publicado: Dezembro 2025